

À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IJUÍ - RS
RUA DO COMÉRCIO Nº 921, ESQUINA COM A RUA IRMÃOS PERSON, CENTRO, CEP
98700-000

REF.: RECURSO ADMINISTRATIVO
Pregão Presencial nº 47/2020
Processo nº 516/2020/2019

CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA., empresa com sede na Rodovia VRS 867, KM 02, s/nº, Giruá - RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.505.185/0005-08, vem interpor recurso contra a decisão que habilitou a empresa **SIMPEX-SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS LTDA.** conforme previsto na ata nº 01/2020 e o artigo 109, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93, pelas razões que seguem.

I - DA AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO VÁLIDA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA SIMPEX LTDA.

A comissão permanente de licitação decidiu em 19/06/2020 por habilitar a empresa SIMPEX-SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS LTDA. a participar do certame.

No caso a empresa estava representada pela Srª. Rita de Cássia da Silva, que em verdade não estava devidamente constituída como representante legal daquela empresa, conforme adiante se demonstrará.

Uma vez habilitada a SIMPEX e a CRVR apresentaram suas propostas, as quais foram mantidas, uma vez que não houve a apresentação de lances. Prosseguindo foi consignado em ata que:

"Na sequencia o Pregoeiro e a Equipe de Apoio procederam na abertura e conferência dos documentos contidos no envelope de nº 02 – habilitação do licitante que apresentou o menor valor por item, constatando-se que o mesmo atendeu aos requisitos de habilitação exigidos no edital de licitação. O licitante SIMPEX-SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS LTDA. foi declarado vencedor de acordo com o mapa comparativo em anexo e a tabela abaixo descrita..."

COPAM-RECEBIDO
24/06/2020
ASS. [assinatura]

Ocorre que, diferentemente do que afirmado, a licitante SIMPEX **não restou devidamente representada uma vez que a documentação apresentada pela Sr^a. Rita de Cássia da Silva não atende à exigência prevista no item 5.2.1, “b”, a saber:**

5.2.1 - Inicialmente será realizado o credenciamento dos representantes dos licitantes, mediante a apresentação dos seguintes documentos, fora dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação:

a) ...

b) Em se tratando do representante constituído: **instrumento público ou particular, pelo qual o licitante tenha lhe outorgado poderes para representá-lo em todos os atos do certame**, conforme modelo constante do Anexo I deste edital, além do documento original ou cópia autenticada do registro comercial, no caso de empresário individual; contrato ou estatuto social em vigor do licitante, no caso de sociedades empresárias, onde conste a indicação de seus sócios ou assemelhados responsáveis pela administração desta, acompanhada da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.

No caso o modelo previsto no anexo I da alínea “b” do item 5.2.1, “b”, do Edital foi apresentado sem que a assinatura do representante legal da SIMPEX fosse reconhecida em cartório conforme determina o artigo 411 do Código de Processo Civil¹, ou seja, não há como comprovar a veracidade da mesma, de modo que a habilitação deve ser revogada por falta de representação e a empresa SIMPEX deve ser desabilitada.

II - DA APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO INCOMPATÍVEL

O item 8.1.4, alínea D, D3 do Edital prevê:

8.1.4 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

d) Declaração de capacidade técnico-operacional da empresa e indicação do Responsável Técnico, conforme modelo disponível no Anexo VI deste Edital. O profissional indicado deverá atender os seguintes requisitos:

...

¹ Art. 411. Considera-se autêntico o documento quando:
I - o tabelião reconhecer a firma do signatário;

d.3) Comprovar ser detentor de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando responsabilidade técnica pela execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos de no mínimo 01 (um) ano com o objeto da presente licitação (Destinação Final de RSU). O atestado apresentado deverá estar registrado na entidade profissional competente, comprovado mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico –CAT ou documento equivalente, do profissional;

Para atender a essa exigência a empresa SIMPEX LTDA. apresentou dois atestados, a saber:

Atestado emitido da Prefeitura de Fortaleza dos Valos em 04 de junho de 2013, ou seja a mais de sete anos

O atestado refere que a SIMPEX, no Período 25/10/2011 e, atualmente, “em andamento”, prestou o serviço de destinação final de, aproximadamente, 1.615 toneladas de resíduos coletadas durante **01 ano e 07 meses de contrato**.

Ocorre que a quantidade registrada no CREA é de 1.020 toneladas cada ART.

Além disso a vigência do contrato referido no atestado encerraria em **25/05/2013 (data do período de participação - 25/10/11)**, ou seja, pelo prazo complementar de um ano e sete meses.

Ocorre que o atestado foi emitido após a conclusão do trabalho (04/06/2013).

Além disso as ART's foram registradas no CREA em 04/06/2013 (início da ART 25/10/2012) e 03/07/2013 (início da ART 25/10/2011), sendo que essa ART foi substituída no lugar da anterior, registrada como consta na CAT, ambas como em andamento, sem data de conclusão do contrato.

Valor do contrato pelas ART's registradas na CAT– R\$ 482.981,04.

Atestado da Prefeitura de Não-Me-Toque

Esse atestado é relativo ao período 2 anos e 10 meses, com quantidade de 9.000 toneladas de resíduos, ou seja, 265 toneladas de resíduos por mês aproximadamente.

Cabe considerar que o atestado foi emitido pela Prefeitura em 01/07/2013, porém, com algumas divergências em relação à CAT do CREA.

Frisa-se que as 9.000 toneladas de resíduos coletadas foram durante o prazo de 02 anos e 10 meses de contrato (quantidade registrada no CREA 3.000 toneladas cada ART, totalizando 12.000).

Período de Participação: 31/08/2010 em andamento, embora os resíduos deste município não sejam mais enviados à SIMPEX, ou seja, o contrato foi encerrado, mas não houve a baixa junto ao CREA.

As ART's foram registradas no CREA em 04/06/2013 (24/05/2011, 24/05/2012 e 24/05/2013) e 03/07/2013 (início 31/08/2010), esta foi substituída no lugar da anterior 5555867, conforme consta na CAT, ambas como em andamento, sem data de conclusão do contrato.

Valor do contrato pelas ART's registradas totalizam a quantia de R\$ 3.543,885,10 (anexo envio a CAT completa 1382475, pois não foi tirado cópia da 1ª página).

Assim, evidente que os atestados apresentados não atendem ao que foi exigido no item 8.1.4, alínea D, D3, do Edital, motivo pelo qual a empresa SIMPEX LTDA deve ser desabilitada.

III – DA IMPROPRIEDADE DO EMPREGO DA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO EDITAL

Além das impropriedades relativas a habilitação da SIMPEX Ltda. a CRVR impugna a realização do presente certame uma vez que o mesmo foi concebido de acordo com as disposições legais da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Executivo nº 3.986/07.

Ocorre que o objeto do edital consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos, serviço esse não se equivale a “Serviço Comum” de modo que sua contratação pela modalidade pregão contraria o artigo 1º da Lei nº 10.520/02 e Decreto Estadual nº 42.020/2002 o qual não possui em seu rol de serviços comuns este objeto.

Uma vez fixado o “formato” e o objeto do certame, cabe ter presente que a Lei nº 10.520/02, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências, estabelece que:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. (grifei)

Portanto, de acordo com a legislação supra, verifica-se que a possibilidade de adoção da modalidade de pregão limita-se aos casos de aquisição de bens e serviços comuns, o que não se amolda a hipótese dos autos, dada a complexidade inerente a prestação de serviços de destinação final de recursos.

Por outro lado, o art. 3º, § 2º, do Anexo I do Decreto nº 3.555/2000 (que aprova o regulamento para a licitação na modalidade pregão), com a redação dada pelo Decreto nº 7.174/2010, assim preceitua:

Art. 3º Os contratos celebrados pela União, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

(...)

§ 2º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. (Redação dada pelo Decreto nº 7.174, de 2010)

Similar disposição consta no Decreto Estadual nº 42.020/2002 (em anexo), o qual regula a escolha da licitação na modalidade pregão no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul nestes termos:

Art. 1º - Fica adotada a modalidade de Licitação denominada "Pregão" para aquisição de bens e serviços comuns, indicados no Anexo Único deste Decreto, no âmbito da Administração Pública Estadual, devendo ser observadas, na sua execução, as normas constantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos Federais nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, e nº 3.697, de 21 de dezembro de 2000, seus anexos, suas alterações e a legislação pertinente.

(...)

Art. 3º - Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos os padrões de desempenho e qualidade possam ser concisamente definidos no objeto do edital, por meio de especificações usuais no mercado, elencados no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria de Administração e Recursos Humanos, por intermédio da Central de Licitações do Estado, no âmbito da Administração Pública Direta, e aos órgãos e entidades da e no âmbito de Administração Indireta, a inclusão de outros bens e serviços na relação constante no Anexo Único deste Decreto.

Assim, bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, **por meio de especificações usuais no mercado.**

É de se transcrever ainda a lição de Marçal Justen Filho², que conceitua bens ou serviços comuns:

“O núcleo do conceito de bem ou serviço comum reside nas características da prestação a ser executada em prol da Administração Pública. O bem ou serviço é comum quando a Administração não formula exigências específicas para uma contratação determinada, mas se vale dos bens e serviços tal como disponíveis no mercado. Poderia afirmar-se que **a disponibilidade no mercado é a primeira característica que dá identidade ao bem ou serviço qualificável como comum.** Isso significa que o pregão poderá ser adotado sempre que a Administração puder localizar no mercado, **sem qualquer dificuldade, o objeto de que necessita.** Daí decorre a impossibilidade de aplicação do pregão para objetos que apresentem características peculiares ou que demandem inovações destinadas a atender necessidades próprias e exclusivas da Administração. Um exemplo permite compreender melhor a distinção. Um programa de computador pode ser um bem comum, quando se tratar do chamado software de prateleira. Suponha-se que a Administração resolva adquirir um aplicativo para processamento de texto, reconhecendo a ausência de necessidade de qualquer especificação determinada. Existem diversos produtos no mercado, que podem ser fornecidos à Administração sem qualquer inovação ou modificação. A hipótese configura um bem comum. Imagine-se, no entanto, que a Administração necessite o desenvolvimento de um programa destinado a fins especiais, tal como um gerenciador de banco de dados para aposentados. Deverá produzir-se a contratação de serviços especializados, cujo resultado poderá não ser único – mas que envolverá uma prestação sob medida para a Administração. Esse não será um serviço licitável por meio de pregão”.

O conceito de serviços comuns por certo que não atende a realização de obras de engenharia, que demandam o devido acompanhamento de profissionais credenciados que zelam pela regularidade e certeza dos serviços contratados pelo Poder Público.

O edital exige para fins de comprovação da habilitação técnica para prestação do serviço de destinação final de resíduos sólidos os seguintes certificados:

² Filho, Marçal Justen, in Pregão: comentários à lei do pregão comum e eletrônico, 2ª ed., revista e atualizada de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 – São Paulo: Dialética, 2003, p. 27.

8.1.4 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto à entidade profissional competente compatível com o objeto desta licitação, em nome do licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação;
 - a.1) Caso a empresa não seja sediada no Estado, apresentará, no momento da assinatura contratual, visto do Conselho Regional competente do RS para execução de atividades no Estado.
- b) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado claramente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço, compatível em características, quantidades e prazos de no mínimo 01 (um) ano **com o objeto da presente licitação** (Destinação Final de RSU). O atestado apresentado deverá estar registrado na entidade profissional competente, comprovado mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente, do profissional.
- c) Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, mantido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, conforme art. 17, inciso II, da Lei Federal nº 6.938/81, pertinente ao exercício de atividade de destinação de resíduos sólidos urbanos, em nome do estabelecimento indicado pela proponente para a prestação deste serviço, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação;
- d) Declaração de capacidade técnico-operacional da empresa e indicação do Responsável Técnico, conforme modelo disponível no Anexo VI deste Edital. O profissional indicado deverá atender os seguintes requisitos:
 - d.1) Comprovar, através de certidão ou documento apto a fazê-lo, a situação de regularidade junto ao conselho profissional regional competente;
 - d.2) Caso o técnico não seja registrado no Estado, apresentará, no momento da assinatura contratual, visto do Conselho Regional do RS, para execução de atividades no Estado;
 - d.3) Comprovar ser detentor de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando responsabilidade técnica pela execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos de no mínimo 01 (um)

ano com o objeto da presente licitação (Destinação Final de RSU). O atestado apresentado deverá estar registrado na entidade profissional competente, comprovado mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente, do profissional;

d.4) No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do art. 30, §º 10, da Lei nº 8.666/93, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

- e) Declaração do Responsável Técnico pelo objeto, responsabilizando-se pela correta execução dos serviços e fiel observância das especificações técnicas, conforme Anexo VII deste edital;
- a) Comprovação de que o responsável técnico é sócio ou integrante do quadro de funcionários da empresa, assim entendida:
 - f.1) Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do Contrato Social;
 - f.2) No caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou outro documento comprobatório;
 - f.3) No caso de contratado, cópia do contrato de prestação de serviços;
- b) Comprovante de Licença Ambiental de Operação, vigente, tocante à atividade de destinação final de resíduos sólidos urbanos, emitido pelo órgão ambiental competente, de acordo com os arts. 2º a 7º da Resolução CONAMA nº 237/1997, em nome da unidade indicada para a atividade. Unidades de destino final em outros estados, apresentar ainda autorização/licença para transporte/recebimento de resíduos sólidos urbanos de outros estados, conforme legislação aplicável;
- c) Declaração, subscrita pelo(s) representante(s) legal(is) da unidade de destinação final, atestando a disponibilidade e capacidade de receber e absorver adequadamente os RSU de Ijuí, para fins de destinação final conforme Anexo IX deste Edital;
- d) Atestado de Visita Técnica fornecido pela SMMA ou Declaração de Renúncia à Visita Técnica, conforme Anexo VIII deste Edital.

8.1.4.1 Os licitantes interessados poderão realizar a visita técnica à Estação de Transbordo do Município de Ijuí (conforme item 8.1.4, *alínea i* deste edital) em até 02 (dois) dias úteis anteriores

à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de se inteirar das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto a Secretaria de Meio Ambiente de Ijuí, pelo telefone (55) 3332-9384, limitado a um interessado por vez.

A necessidade de atendimento a estes limites por si só demonstra a peculiaridade e a especificidade envolvida na prestação dos serviços de destinação de resíduos, de modo a atender padrões técnicos para garantia a saúde da sociedade e do meio-ambiente.

Assim, a prestação dos serviços de destinação não pode ser conceituada como um “serviço comum” tal como o serviço de limpeza ou mesmo de manutenção pois a destinação dos resíduos envolve uma gama de procedimentos técnicos que devem ser empregados para manter o resíduo destinado afastado do contato com o meio ambiente, a fim de exemplificativamente: não poluir o lençol freático, o ar, a fauna e a flora do entorno onde este resíduo é destinado.

Esse serviço envolve ainda o manejo do aterro, que deve ser feito a partir de padrões técnicos sem os quais não será garantida a devida, correta e segura destinação destes resíduos de modo a não contaminar o entorno.

Essa preocupação com a prestação deste serviço a luz da boa técnica fez com que em fosse publicada no dia 2 de agosto de 2010 a Lei 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Cabe ainda ter presente o disposto no inciso VII do artigo 3º da Lei 12.305/10, que instituiu a política nacional de resíduos sólidos.

O referido diploma legal conceitua a destinação final de resíduos adequada como sendo a *“destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos”*

A destinação correta dos resíduos vai ao encontro do prescrito no inciso X do mesmo artigo 3º que trata a respeito do gerenciamento de resíduos sólidos, o qual é conceituado pelo “conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei”;

No caso a própria *Lei 12.305/10, que instituiu a política nacional de resíduos sólidos* impõe ao Poder Público a **responsabilidade para o atingimento dos objetivos nela previstos quando estabelece que:**

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º **A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.**

A luz destes fundamentos a recorrente requereu o cancelamento da licitação. O pedido foi indeferido a partir do seguinte fundamento lançado no Parecer Jurídico 220/20:

**DA ANÁLISE
DA IMPROPRIEDADE DO SISTEMA DE PREGÃO PARA A
CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A modalidade escolhida por esta Municipalidade para a presente licitação, acredita-se que não há o porquê de discussões e também, não se deve entrar no mérito da questão por ser simplesmente incabível. Vejamos.

Demais Municípios, fazem licitações em sua maioria, na modalidade de pregão, seja presencial ou eletrônico, por esta modalidade já abranger todos os segmentos, inclusive obras, o qual é muito utilizado pela Corsan (exemplos: Pregão Eletrônico 02; 07; 55/2020). O pregão é aquela modalidade cujo padrão de desempenho e qualidade possa ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Esta frase já basta para entender que o serviço de transporte e destinação final tornou-se um serviço simples.

Buscando exemplos de pregões presenciais, o de nº 205/2018, onde a Prefeitura de Canoas licitou a coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e animais mortos; serviços de disponibilização, operação, manutenção e administração da unidade de transbordo; Serviço de transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos, logo, objeto singular, se não mesmo, deste certame.

Assim como a Prefeitura de Cunchatá/SC, licitou por pregão nº 08/2019, a contratação de empresa especializada para realização do serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos classe "IIA" e "IIB", resíduos de serviços provenientes da unidade de saúde (grupo A1, A4, E), resíduos sólidos do interior/volumoso, resíduos recicláveis domiciliares e comerciais urbanos com triagem, operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário; Bem como, a Universidade Federal de Roraima, onde, por pregão eletrônico nº 08/2019, licitou empresa especializada na coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS) dos grupos A, B e E, com disponibilização de balança apropriada e devidamente aferida conforme legislação em vigor, para pesagem no local da coleta; A Prefeitura de Sabino/SP, por pregão de nº 02/2020, buscou a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares coletados naquele Município; Segue nos mesmos moldes, a Prefeitura

Municipal de Erechim/RS, que através de pregão buscou a proposta mais vantajosa, visando a contratação de empresa especializada para coleta de resíduos sólidos classe I da oficina municipal, coleta de resíduos do Cemitério Municipal, e coleta de medicamentos e resíduos sólidos de saúde, através da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Habitação e Secretaria Municipal de Saúde com recursos SIA SUS, ASPS, VISA e próprios.

Destaca-se que pode de livre arbítrio, desde que respeitados os valores estabelecidos em Lei e requisitos básicos, sejam, características, tipo de produto ou serviço, escolher a modalidade de licitação que melhor se enquadrar a contratação para a Municipalidade, SEMPRE ZELANDO PELO INTERESSE PÚBLICO. E é assim que o Município de Ijuí trabalha, buscando o melhor para o cidadão ijuiense.

Por tanto, entendemos que a questão sanada. IMPROCEDE a impugnação.

Ora, não há como justificar uma irregularidade a partir do emprego de exemplos de outras contratações que também incorreram no descumprimento da legislação que regula a modalidade de pregão.

Assim, a administração pública está impedida de licitar a contratação de serviços com esta complexidade pela forma do Pregão. É esse o entendimento do Superior Tribunal de Justiça conforme ementa que segue transcrita:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. LEI N. 10.520/2002. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E BENS COMUNS. REVISÃO DA PREMISSE FÁTICA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Nos termos do art. 1º da Lei n. 10.520/2000, aplicável em âmbito nacional, o pregão somente é cabível para aquisição de "bens e serviços comuns", conceituados por lei como "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

2. Na hipótese, o acórdão recorrido entendeu que o objeto do pregão - serviço de informática - é compatível com a referida modalidade licitatória.

3. Nesse contexto, a análise da legalidade sustentada pelo agravante demanda reexame do edital de licitação e demais elementos fático-probatórios dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. Precedente: (AgRg no AREsp 160.130/DF, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 12.6.2012, DJe 26.6.2012.) Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 195.300/DF, **Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS**, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 14/09/2012) (grifei)

No mesmo sentido é o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que consta expresso nos julgados a seguir transcritos:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. SERVIÇOS DE ADVOCACIA. **INADMISSIBILIDADE. EXIGÊNCIAS E REQUISITOS DO EDITAL QUE SE APARTAM DO QUE SE PODE CONSIDERAR SERVIÇOS COMUNS.** INTELIGÊNCIA DO ART. 1º E PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 10.520/02. VOTO VENCIDO DO RELATOR. POR MAIORIA, APELAÇÃO PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70070371695, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, **Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício**, Redator: Irineu Mariani, Julgado em 19/10/2016)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL INTERNACIONAL PARA REGISTRO DE PREÇO. CAMINHÕES DE COMBATE A INCÊNDIO TIPO PLATAFORMA. NULIDADE DO EDITAL Nº 003/CELC/2015. INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NA LEI Nº 10.520/2002. MODALIDADE DE LICITAÇÃO INADEQUADA À COMPLEXIDADE DO BEM LICITADO. 1. Com efeito, em se tratando de alegação de irregularidade no procedimento licitatório, seu reconhecimento, ainda que após a homologação/adjudicação do objeto licitado, não implica perda do interesse processual, notadamente porque, reconhecida a nulidade, possível a anulação de tais atos, igualmente contaminados. 2. **A licitação modalidade pregão, instituída pela Lei nº 10.520/02, seja do tipo comum ou presencial, seja do tipo eletrônico, só é admitida para**

aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (art. 1º e parágrafo único). 3. In casu, os bens licitados, quais sejam, três veículos, tipo caminhão auto plataforma, LIC nº 595.177.0006, com no mínimo 400 cv, conforme especificações técnicas descritas no Anexo V, não possuem natureza comum, porquanto não são facilmente disponibilizados no mercado. Trata-se, no caso, de bem de natureza complexa e especializada, com a exigência de normas técnicas e tecnologias diferenciadas para sua fabricação, regulamentadas por normas internacionais de alto padrão voltadas à segurança. Assim, nulo o edital porquanto inadequada a modalidade adotada. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70076776418, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em 28/03/2018)

REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. PREGÃO PRESENCIAL. MODALIDADE DE LICITAÇÃO IMPRÓPRIA. CONCEITO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS. COLETA DE RESÍDUOS URBANOS DOMÉSTICOS E RESÍDUOS DA SAÚDE. 1. É vaga a definição legal quanto ao que se enquadra como **bens** e serviços **comuns** para fins de licitação na modalidade **pregão** (art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/02), notadamente porque, consoante art. 40, I, da Lei de Licitações, todos os **bens** e serviços devem ser objetivamente definidos e descritos no edital do certame. Considerando-se que, no **pregão** presencial, o que se sobrepõe é o fator preço em detrimento do fator técnico, resta indubitoso que, em se tratando de coleta de lixo urbano doméstico e de resíduos de saúde, não é possível o uso da modalidade licitatória **pregão** presencial, eis que, para a execução do objeto licitado, há que se aferir também capacitação técnica e não apenas preço. Conquanto não se olvide que o Anexo Único do Decreto Estadual nº 42.020/2002, no item 17, relacione, exemplificativamente, como Serviços **Comuns**, os "Serviços de Limpeza e Conservação", o que também ocorria com o item 17 do Anexo II do já mencionado Decreto nº 3.555/2000, é inegável que serviço de limpeza e conservação não é sinônimo de "serviços de coleta de resíduos urbanos domésticos e resíduos da saúde", que é o objeto da licitação em tela. 2. O Município faz jus à isenção de pagamento das custas processuais. Aplicação da Lei Estadual nº 13.471/2010, que modificou o Regimento de Custas (Lei nº 8.121/1985). SENTENÇA ALTERADA, EM PARTE, EM REEXAME NECESSÁRIO. (Reexame Necessário Nº 70036339422, Segunda Câmara Cível - Serviço de Apoio Jurisdição, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 10/07/2013)

Diante do todo exposto e ante a falta de previsão legal que permita a adoção do pregão presencial para contratação de obras de engenharia requer seja provido o presente recurso para cancelar em razão da impossibilidade de contratação dos serviços de destinação final de resíduos sólidos através da modalidade pregão uma vez que tal procedimento infringe o artigo 1º da Lei nº 10.520/02 e Decreto Estadual nº 42.020/2002 o qual não possui em seu rol de serviços comuns a prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos.

IV – DA AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E DA FIXAÇÃO DE ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO INCOMPATÍVEIS COM O VALOR DO CONTRATO

Caso superada a preliminar de impropriedade da eleição da modalidade de pregão para a contratação dos serviços de destinação final de resíduos sólidos, há que destacar que o Edital infringe o disposto nos artigos 27, III e 31, II e §5º da Lei 8.666/93, **também é aplicável para este tipo de procedimento**. No caso o edital fixa como parâmetros para demonstração da capacidade econômica financeira dos licitantes o seguinte:

8.1.5 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá na **apresentação do último Balanço Patrimonial e última Demonstração do Resultado do Exercício**, devidamente registrados na Junta Comercial, Industrial e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (JUCIS-RS).

8.1.5.1 A situação financeira da licitante será verificada a partir dos seguintes índices e parâmetros (em conformidade com a Instrução Normativa nº 09/2019-SMF):

LIQUIDEZ GERAL (índice mínimo: 1,00): $(AC + ARLP) / (PC + PNC)$

GRAU DE ENDIVIDAMENTO (índice máximo: 0,90): $(PC + PNC) / (AT)$

AC = Ativo circulante;

PC =

Passivo Circulante;

ARLP = Ativo Realizável em Longo Prazo;
Não Circulante.

PNC = Passível

AT = Ativo Total;

8.1.6. O cumprimento do disposto no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93 dar-se-á por meio de declaração, sob as penas da lei, emitida e firmada pelo representante legal do licitante, de acordo com o modelo contido no Anexo III deste edital.



A exigência de apenas parte dos requisitos previsto na lei infringe o disposto artigos 27, III e 31, II e §5º da Lei 8.666/93, ou seja:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

(...)

§5º - a comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Ocorre que mesmo com a previsão expressa do inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93 o Parecer Jurídico 220/20 referiu que essa imposição legal “pode” ser aplicada pela administração, ou seja, a decisão administrativa amparado no parecer jurídico decidiu por optar em não atender ao rol taxativo de apresentação deste documento, ou seja:

Para tanto, observa-se que nosso edital prevê uma análise criteriosa da vida financeira da pretendente, através de uma instrução normativa emitida pela Secretaria da Fazenda, que avalia a capacidade de investimento do Município, do valor dos contratos e da capacidade de endividamento do próprio Ente.

Destaca-se ainda, que a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial como condição para habilitação no pregão, seja presencial ou eletrônico não encontra amparo legal e **nem poderia ser resultado de uma interpretação extensiva do artigo 31, II, da Lei 8.666/1993** (que exige certidão negativa de “falência ou concordata”), sob pena de violação do princípio da legalidade, que rege a Administração Pública.

Em suma, o pregão prevê outras formas de avaliar a insolvência da empresa ou o risco de lesão ao ente público contratante, por intermédio de exigências escriturais, fiscais e de viabilidade econômica.

Não obstante a análise será feita pela Comissão de Licitação, o fato é que a mesma não pode optar por não exigir a certidão contida no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93, sob pena de em assim o fazendo infringir dita previsão legal e macular o processo administrativo de nulidade.

Além da falta de exigência da certidão negativa de falência ou concordata, hipótese do inciso II do art. 31, a recorrente ainda impugnou o Edital em relação a dita “criteriosa análise” que será feita pela autoridade coatora, a qual empregará índices irrisórios de endividamento para avaliar as condições econômico financeiras dos licitantes que serão escolhidos para prestar serviços de destinação final cujo montante do contrato pode superar facilmente R\$ 9.500.000,00 (Nove milhões e quinhentos mil reais) considerado aí todo o prazo de vigência do contrato.

O edital prevê no item 8.1.5.4 que os participantes devem comprovar sua situação financeira apresentando os seguintes índices:

8.1.5.4 A situação financeira da licitante será verificada a partir dos seguintes índices e parâmetros (em conformidade com a Instrução Normativa nº 09/2019-SMF):

LIQUIDEZ GERAL (índice mínimo: 1,00): $(AC + ARLP) / (PC + PNC)$

GRAU DE ENDIVIDAMENTO (índice máximo: 0,90): $(PC + PNC) / (AT)$

AC = Ativo circulante;
Circulante;

ARLP = Ativo Realizável em Longo Prazo;
Circulante.

AT = Ativo Total;

PC = Passivo

PNC = Passível Não

à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Ed. Renovar, 1997, p. 243). (nosso o grifo)

A utilização destes critérios vai de encontro da Súmula 289 do TCU que prevê:

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

Assim é inadmissível que o edital fixe **um grau de endividamento de 0,90, quando o usual é de 0,60 a 0,50?**

Destaca-se que outros Municípios, como é o caso de Cruz Alta fixam usualmente índices superiores quando licitam obras de valor relevante, como foi o caso da **CONCORRÊNCIA Nº 001/2016, EDITAL Nº 002/2016 cujo objeto era a Contratação de empresa especializada para execução de construção da escola infantil Bairro Santa Terezinha I no município de Cruz Alta/RS e o valor máximo estimado foi de R\$ 1.802.473,77** foi exigido pela Prefeitura que os licitantes comprovassem sua qualificação financeira, mediante o atendimento dos seguintes requisitos editalícios (**Doc. ANEXO**):

1.2.4 – Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação dos mesmos;

A verificação da situação financeira será avaliada pelos índices e fórmulas a seguir descritas:

Liquidez corrente: $\frac{AC}{PC}$ = índice mínimo: 1,00

Liquidez geral: $\frac{AC + ARLP}{PC + ELP}$ = índice mínimo: 1,00

Gerência de capitais de terceiros: $\frac{PL}{PC + PELP}$ = índice mínimo: 1,00

Grau de endividamento: $\frac{PC + PELP}{AT}$ = índice máximo: 0,51

Onde:

O Parecer Jurídico nº 220/20 tangencia o enfrentamento da previsão contida no §5º do art. 31 da Lei 8.666/93³, ao justificar o emprego de índices pífios como fundamento para aumentar a competitividade do certame em detrimento da segurança que o Município deve ter no momento da escolha de seus prestadores de serviço, em especial quando o objeto envolve questões de saúde pública e meio ambiente.

Neste particular, a Administração Municipal, de forma clara e para todos, com o intuito de possibilitar a proposta mais vantajosa, definiu que empresas que apresentarem Balanço de Abertura tenham um Capital Social mínimo como garantia do cumprimento da contratação.

Tais exigências, contudo, não devem se revelar excessivas sob pena de se restringir demasiadamente o número de licitantes em prejuízo da Administração Pública, a qual pode não obter, assim, a melhor proposta.

Não é à toa, portanto, que o art. 37, XXI, CF, determina que somente sejam efetuadas exigências indispensáveis. No caso, a capacidade financeira é, sim, um desses requisitos e, tem o Ente Público, poder discricionário para isso, desde que exigido em edital.

Em verdade a lei exige que seja realizada tal análise para avaliar se os licitantes gozam de boa saúde financeira, segundo lição de JOSÉ CRETELLA JÚNIOR:

“Mediante cálculo de índices contábeis, previstos no edital e justificados no processo administrativo, que tenha dado início ao procedimento licitatório, é possível comprovar, de modo objetivo, a real situação financeira da empresa” (in Das Licitações Públicas, Forense, 1998, p. 206). (nosso o grifo)

No mesmo sentido JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR aponta para a necessidade de apresentação destes esclarecimentos, uma vez que a mera escolha aleatória de índices financeiros implica invalidade da exigência, a qual deve ser obrigatoriamente fundamentada.

“A escolha dos índices de aferição da situação financeira dos habilitantes deverá estar exposta e fundamentada no processo administrativo da licitação, do qual resultará o texto do edital.

As razões da escolha (incluindo menção às fontes de consulta, sobretudo revistas especializadas) devem guardar nexos causal com a índole do objeto e o grau de dificuldade ou complexidade de sua execução, a fim de que se cumpra o mandamento constitucional de serem formuladas tão-somente exigências necessárias a garantir o cumprimento das obrigações que se venham avençar” (in Comentários

³ Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:
(...)

§5º - a comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

PC = Passivo Circulante;

A REAL= ativo real diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (ex.:ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc...)

ELP= Exigível a Longo Prazo

f) Não Serão consideradas em “boa situação financeira”, para fins de habilitação, as empresas que não alcançarem os índices acima referidos.

g) O cálculo destes indicadores poderá ser apresentado em documento, anexo ao balanço, devidamente assinado pelo contador.

É de se destacar também a previsão contida no item 5.5 do Edital, elaborado para a contratação de empresa especializada para executar serviços de conclusão da obra da Academia de Saúde – Bairro Santa Rita (**Tomada de Preço nº 278/19 – Edital 278/19**) no valor máximo estimado de **R\$ 35.357,51 (Trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos)**, que segue transcrito (Doc 07):

5.5 – Qualificação Econômico-Financeira:

a) **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da Lei**, que comprovem a boa situação financeira, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação dos mesmos;

e) A verificação da situação financeira será avaliada pelos índices e fórmulas a seguir descritas:

Liquidez corrente: $\frac{AC}{PC}$ = índice mínimo: 1,00

Liquidez geral: $\frac{AC + ARLP}{PC + ELP}$ = índice mínimo: 1,00

Gerência de capitais de terceiros: $\frac{PL}{PC + PELP}$ = índice mínimo: 0,70

Grau de endividamento: $\frac{PC + PELP}{AT}$ = índice máximo: 0,60

Onde:

AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;



PC = Passivo Circulante;

A REAL= ativo real diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (ex.:ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc...)

ELP= Exigível a Longo Prazo

f) Não Serão consideradas em “boa situação financeira”, para fins de habilitação, as empresas que não alcançarem os índices acima referidos.

g) O cálculo destes indicadores poderá ser apresentado em documento, anexo ao balanço, devidamente assinado pelo contador.

No caso, ambos os certames previram a apresentação do balanço patrimonial e a necessidade do atingimento dos índices liquidez e grau de endividamento entre 0,51 e 0,60.

Diante do exposto deve ser revista a decisão e com fundamento no art. 31 II e §5º da Lei 8.666/93 alterado o Edital de modo a que sejam fixados índices compatíveis **com a necessária capacidade econômico financeira!**

V – DA AUSÊNCIA DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO TÉCNICA VINCULADA AO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

Cabe ter presente que o item 13 do Edital prevê que:

13 DA EXECUÇÃO

13.1 Os serviços deverão ser executados no prazo de 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

Ocorre que o edital, na parte relacionada à habilitação técnica dos licitantes não prevê a necessidade de comprovação que o aterro em que será destinado possui vida útil compatível com o prazo de duração do contrato.

No caso o Edital apenas prevê a apresentação da Licença Ambiental de Operação:

8.1.4 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

g) Comprovante de Licença Ambiental de Operação, vigente, tocante à atividade de destinação final de resíduos sólidos urbanos, emitido pelo órgão ambiental competente, de acordo com os arts. 2º a 7º da Resolução CONAMA nº 237/1997, em nome da unidade indicada para a atividade. Unidades de destino final em outros estados, **apresentar**

ainda autorização/licença para transporte/recebimento de resíduos sólidos urbanos de outros estados, conforme legislação aplicável;

Ora, se o licitante não demonstrar que seu aterro tem vida útil até o ano de 2025, a continuidade da contratação, que será firmada pelo prazo de 60 meses ficará prejudicada, motivo pelo qual o Edital deverá fixar essa exigência, para efeitos de validar a habilitação técnica do licitante que se candidatar a prestação dos serviços licitada.

A impugnação em relação a esse item foi afastada pelo Parecer 220/20 com os seguintes fundamentos, que merece ser revisto:

Se observado com inteligência o artigo 30, saberemos que a questão de aterro próprio ou contratado, ou mesmo de propriedade do Município, o que ocorre em muitos casos, não esta estritamente ligado a capacidade técnica e profissional. Muito pelo contrário, é um contrato paralelo que a licitante promove para garantir ao contratante local e tempo para o depósito dos resíduos domiciliares.

Ainda, a exigência requerida pela ora Impugnante, não faz parte do rol de pré-requisitos ou requisitos elencados na Lei das Licitações, mesmo porque, não satisfeito a prestação de serviços, notificada a parte, pode o Contratante a qualquer momento romper com o contrato administrativo.

Diante do acima exposto, IMPROCEDE a impugnação apresentada.

Novamente a postura empregada é contrária à lei.

Ora, se o art. 30, II prevê que o Edital deve exigir a apresentação de comprovação de aptidão compatível com o prazo de contratação não pode a autoridade coatora afastar essa exigência sob o argumento de que no caso de não atendimento dessa condição o contrato (com prazo de vigência de 5 anos) será rescindido. A lei não concede essa alternativa quando determina que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

No caso a empresa SIMPEX LTDA. apresentou na etapa de habilitação a LO nº 06615/2019 na qual consta informado no item 14.1 **que a vida útil do**

empreendimento é de 2,2 anos contados do prazo de 120 (cento e vinte) dias da emissão desta licença (27/09/2019).

Assim, a vida útil do aterro encerra no dia 09/03/2022, ao passo que o prazo do contrato que será de cinco anos deverá encerrar em julho de 2025, caso o mesmo venha a ser assinado no próximo mês.

Desta forma fica comprovado que a licença apresentada não atende a exigência do inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93, pois a operação do aterro não tem via útil prevista para atender a integralidade do prazo contratual, motivo pelo qual deve ser inabilitada a empresa SIMPEX Ltda.

Diante do exposto deve ser cancelado o certame na medida em que a exigência de capacitação técnica dos licitantes prevista no edital infringe o disposto no inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93, na medida em que não prevê a apresentação de atestado por órgão competente que comprove que o aterro a ser utilizado pelos licitantes tem vida útil de prazo compatível ao do contrato, ou seja de 60 meses.

VI - DO PEDIDO

Diante do exposto requer seja reformada a decisão que habilitou a empresa SIMPEX-SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS LTDA, uma vez que a mesma não atendeu aos itens foi por ela atendida as exigências dos **itens 5.2.1, "b", e 8.1.4**, alínea D, D3, do Edital.


Caso sejam afastados os argumentos relacionados à habilitação, requer seja cancelado o certame uma vez que a contratação dos serviços de destinação final pela modalidade pregão presencial infringe a Lei do **artigo 1º da Lei nº 10.520/02 e Decreto Estadual nº 42.020/2002**.

Subsidiariamente requer seja cancelado a contratação relativa ao Pregão Presencial nº 47/2020 – Processo 516/20 na medida em que as regras do edital retro apontadas contrariam o disposto art. 31 II ; no §5º do artigo 31 da Lei 8.666/93 e no inciso II do art. 30 todos da Lei 8.666/93

Nesses termos, pede deferimento.

Porto Alegre, 24 de junho de 2020.

CRVR - RIOGRANDENSE DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA.



Ademir Nunes Silveira
Consultor Comercial
RG: 5033902833
CPF: 550.635.350-20

COPAM-RECEBIDO
24/06/2020
